

MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE

Nº 14 - abril/2006

Um projeto de desenvolvimento para o Brasil

**Carlos Lessa: O Brasil precisa
de um Projeto Nacional**

**TV Digital: Democratização
ou Concentração da mídia?**

**A Educação do Brasil não
está à venda!**

Índice

Editorial

03. Soltar as amarras do Brasil



Brasil

04. Por um novo Brasil

08. A Amazônia é do Brasil

12. TV Digital: O futuro da televisão brasileira



Ensino Superior

17. Universidade em sintonia com o Brasil

21. Não está à venda!

26. Mensalidade precisa de Lei



América Latina

28. Um caminho alternativo

31. 40 anos da OCLAE

32. Fórum Social Brasileiro: Palco para boas idéias



Cultura

34. O Cuca de Ponta a Ponta



Movimento Estudantil

38. Uma UNE do tamanho do Brasil

40. A Meia-entrada é um direito! Vamos defendê-la

42. Retrato



Expediente

A revista **Movimento** é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

Diretoria Executiva

Presidente

Gustavo Lemos Petta

Vice-Presidente

Louise Caroline Lima e Silva

1º Vice-Presidente

Maurício Piccin

2º Vice-Presidente

Francisco Josué Medeiros de Freitas

Secretário-Geral

Pedro Campos

1º Secretário

Moisés da Silva Filho

Tesoureiro Geral

Rovilson Portela

1º Tesoureiro

Bruno Vanhoni

Diretor de Comunicação

Rodrigo de Moraes

1ª Diretora de Comunicação

Márvia Scardua

Diretor de Políticas Institucionais

Antônio David Ferreira

1º Diretor de Políticas Institucionais

Márcio Pereira Cabral

Diretor de Univ. Particulares

Márcio Ladeira

Diretor de Univ. Públicas

Michel Oliveira Lima

Diretor de Cultura

Gustavo Viana

Diretora de Relações Internacionais

Lúcia Stumpf

Diretor de Políticas Institucionais

Leandro Monteiro

Edição

Reportagem: Daniele Moraes, Renata Mielli e Tariana Brocardo;

Edição: Renata Mielli;

Projeto Gráfico: Maria Figaro;

Editoração: Vandrê Fernandes;

Ilustrações: Daniel Tavares

Tiragem:

40 mil exemplares

Sede nacional da UNE:

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP

CEP: 04101-200 - Fone/fax: (11) 5574-7145

Sítio na Internet: www.une.org.br

A UNE é adepta do *copyright*. Todas as matérias aqui publicadas podem ser livremente reproduzidas, desde que citada a fonte.

EDITORIAL

Soltar as amarras do BRASIL

Há quatro anos, os estudantes brasileiros estavam imbuídos de determinação e garra para escrever um novo capítulo na história do país. E assim foi. A UNE participou ativamente dos debates que tomaram conta do Brasil, e os estudantes influenciaram decisivamente para colocar fim ao ciclo de privatizações, de desmonte do Estado Nacional, de esfacelamento da Universidade Pública representado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. A eleição do presidente Lula trouxe esperanças de que o Brasil trilharia um novo rumo – o do desenvolvimento, da geração de empregos, da distribuição de renda.

Mas, apesar dos avanços obtidos nesses quatro anos, o governo não conseguiu romper com a política econômica neoliberal, e o país ainda patina com uma orientação ortodoxa, que mantém os juros e o superávit primário elevadíssimos, amarrando o crescimento do país.

A UNE, que sempre se preocupou em apresentar propostas para um novo Brasil, reitera que é preciso construir um grande movimento social pelas mudanças. Principalmente em um ano decisivo como este. Nas eleições de outubro, os setores conservadores lançarão mão de todos os artifícios para voltarem ao comando do país e retomarem integralmente a agenda neoliberal, concluindo as privatizações, reabrindo as negociações da ALCA e prosseguindo com o desmantelamento do Estado.

Para contribuir com o debate, **Movimento** apresenta em suas páginas a imprescindibilidade de um projeto arrojado de desenvolvimento nacional, que passa pela mudança da política macroeconômica, mas que também exige uma postura de defesa da soberania nacional na Amazônia; de democratização do acesso aos meios de comunicação, com o advento da TV Digital; de afirmação da Universidade Pública e gratuita, com a garantia de que a educação oferecida no país seja brasileira, pois não interessa ao nosso povo ter suas escolas e universidades administradas por empresas internacionais.

Movimento coloca para o debate do desenvolvimento a importância das relações sociais, políticas, econômicas e culturais com os países da América Latina. Nos marcos de um mundo globalizado e sob o domínio de uma potência imperialista unipolar como os Estados Unidos as alternativas ao neoliberalismo precisam ser construídas através da integração solidária.

Depois de um período de turbulência, **Movimento** retorna para as Universidades trazendo o debate de temas relevantes para o futuro do Brasil, no caminho do desenvolvimento, da soberania, da valorização da universidade e do trabalho.

Boa leitura

Gustavo Lemos Petta
Presidente da UNE

Por um



Novo Brasil

Descortinar um caminho que coloque o Brasil numa rota de desenvolvimento com soberania, geração de emprego, distribuição de renda e ampliação da infra-estrutura do país é o grande desafio do momento

Por Renata Mielli

Um dos postulados que parece unificar as vozes dos setores mais contraditórios do Brasil é o desenvolvimento. Ouve-se representantes dos trabalhadores, dos empresários, do governo e da oposição dizerem que o Brasil precisa de crescimento.

Mas será que todos estão falando a mesma língua? Infelizmente não. Sob o guarda-chuva do desenvolvimento existe um profundo debate entre dois setores: os que defendem que o Brasil precisa de um projeto de desenvolvimento nacional, que atenda às exigências de inclusão social, de promoção da igualdade, de geração de emprego com valorização do trabalho, de distribuição de renda, de fomento à indústria nacional e ampliação da infra-estrutura do país. Do outro lado, os setores que representam o mercado financeiro, os interesses do capital externo e das grandes multinacionais que ganham milhões à custa da economia da pobreza, da subjugação do trabalho e depreciação da renda.

O presidente da UNE, Gustavo Petta, destacou que a entidade, além de fazer uma crítica contundente a esse modelo econômico, deve

contribuir com os debates para a sua superação, apresentando perspectivas e reiterando a necessidade do Brasil soltar as amarras do crescimento.

Uma opção conservadora

A situação de insolvência em que o país se encontrava quando o presidente Lula foi eleito, em 2002, resultado de 10 anos da aplicação da política neoliberal que desestruturou o Estado, desnacionalizou a economia e colocou milhões de brasileiros no desemprego e na informalidade, gerou um alto grau de dependência econômica.

Diante deste cenário, o governo Lula deu prosseguimento à opção ortodoxa na economia. Manteve o país refém de uma das maiores taxas de juros do mundo. Ampliou as metas de superávit primário, retraindo ainda mais os recursos para investimentos em infra-estrutura e políticas sociais.

Qual caminho?

A pergunta que fazemos é: estamos condenados a isso? Quem responde é um dos mais conceituados economistas do Brasil, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social, Carlos Lessa. “É claro que não, a Argentina e a Venezuela estão demonstrando que é possível fazer diferente”.

Fazer diferente é mudar o eixo da política econômica brasileira que tem como ênfase o rentismo e a acumulação financeira, e passarmos a ter uma política de crescimento com um final social. Isso só será possível com a redução da taxa de juros. Mas Carlos Lessa alerta: “é condição necessária, porém não suficiente. Porque não haverá nenhum desenvolvimento com inclusão social se não houver uma ampla geração de empregos que respeite os direitos trabalhistas e previdenciários”.

Disputar os rumos

Este ano haverá um intenso debate em torno dessas questões. O presidente da UNE ressalta que é fundamental “defender, junto à sociedade, as idéias contidas num programa de desenvolvimento nacional, combatendo as visões retrogradadas e conservadoras. Por isso, os movimentos sociais estão pressionando o governo Lula para apresentar à sociedade uma ‘Nova Carta ao Povo Brasileiro’, que dê perspectivas para os setores produtivos e para os trabalhadores”.

“Sem uma orientação nacionalista não

Em entrevista à *Movimento*, o professor Carlos Lessa afirmou que é preciso vontade e determinação para implementar uma política claramente nacionalista, que priorize a reestruturação das cadeias produtivas do país, para gerar empregos e reverter a profunda desnacionalização da nossa economia.

Por Renata Mielli



Foto: João Cerqueira/AE

O que é preciso para colocar o país no rumo do desenvolvimento?

Diminuir a taxa de juros para elevar a taxa de investimento e aumentar os recursos para as políticas sociais universais (educação, saúde e segurança) e para a formação de infraestrutura para o país. A curto prazo tem que haver controle do capital estrangeiro. Outra medida é separar o mercado da dívida pública do mercado monetário, e começar um processo de valorização do poder de compra da moeda estrangeira com relação ao real. O nosso câmbio está excessivamente valorizado.

Para quanto seria desejável que caísse a taxa de juros?

Têm que baixar muito. Para se ter uma idéia, os juros brasileiros são 21 vezes maiores que os juros aplicados nos países desenvolvidos e 10 vezes a dos países emergentes. É uma brutalidade. Num primeiro movimento rápido, seria necessário cortar pela metade a taxa de juros real, e depois teria que se continuar baixando gradativamente.

Quais são os interesses que ainda pressionam por essa elevada taxa de juros?

Existe uma constelação de interesses pesadíssimos em torno disso. Se você quiser dar nome aos bois, começamos pela Federação de Bancos, Febraban, depois as entidades de mercados de capitais e as conexões que esses senhores têm com o sistema financeiro internacional. Um pedaço enorme da grande imprensa e as grandes empresas brasileiras que querem

ir para o exterior. Há vários interesses cruzados em torno disso. E há, também, o Copom - Comitê de Política Monetária - com o formato que tem no Brasil e, ainda, o modelo de metas de inflação que o Banco Central adota, fazendo da política macroeconômica uma fortaleza em defesa desses interesses.

Em que níveis o Brasil precisaria crescer para dar um salto de desenvolvimento?

Se o Brasil crescer 5% ao ano nós estaremos bem. Não é necessário crescer 6%, 7% ao ano. Pelas seguintes razões: porque o Brasil já está com um crescimento demográfico pequeno; já transferimos a maior parte da nossa população para o espaço urbano e já temos uma base industrial importante constituída. Portanto, se o Brasil conseguir crescer 5% de uma maneira socialmente correta (gerando emprego, reduzindo as distâncias sociais, ampliando o mercado interno, reforçando os protagonismos econômicos novos, - desde crédito à cooperativas, passando pela economia solidária, reforçando o processo de assentamentos agrário, arranjos produtivos locais, recompletando cadeias produtivas que foram destruídas pelos liberais), no espaço de 10 a 15 anos poderemos mudar inteiramente a cara do país.

No 1º bimestre de 2006 os recursos para investimentos foram de R\$ 1 bilhão. O dobro com relação ao mesmo período

vamos a lugar nenhum”

de 2005. Isso é o início de uma inversão na orientação econômica?

Eu quero dizer o seguinte: é bom sair de 500 milhões de reais para investir R\$ 1 bilhão? É melhor, mas ainda é totalmente ridículo diante das exigências do país. É muito pouquinho. O Brasil pagou de juros da dívida, em 2005, 146 bilhões de reais. São destinados para o programa Bolsa Família R\$ 3 milhões. No ano passado, foram investidos em saneamento apenas R\$ 2 milhões. Todos os anos, 47 mil pessoas morrem vítimas de acidentes de trânsito rodoviários, cerca de 300 mil são hospitalizadas. Elas ficam, em média, 9 dias internadas nos hospitais, com um custo estimado de 21 milhões de reais. Se o governo gastar todos os anos R\$ 5 milhões para manter as estradas diminuiria muito esse tipo de acidente. O que eu quero dizer é que é inteiramente burro economizar em conservação de estradas, porque se gasta uma brutalidade na hospitalização. A política de apertar o cinto acaba sendo imbecil, porque você gera do outro lado despesas colossais. Enquanto isso, o país destina R\$ 146 bilhões para o ‘bolsa família’ dos muito ricos.

O que fazer para inverter essa lógica perversa do Estado?

Exige uma mudança significativa do arranjo político brasileiro. Tem que haver uma articulação de natureza social e política diferente da que existe. Quando elegemos o Lula nós esperávamos que ele fizesse isso. Não fez. Confirmou e reiterou a política neoliberal na

economia. Nenhuma política proposta pelo Brasil pode deixar de ser nacionalista, a palavra está desgastada, mas se não houver um projeto nacional não iremos para lugar nenhum. Temos que fortalecer a Embrapa para ela produzir sementes de soja, reforçar grupos brasileiros para serem grandes exportadores, criar políticas para integrar a indústria do couro com a do calçado. Nós não temos uma política comercial e industrial articulada. O Brasil não está construindo sua cadeia produtiva. Veja só, na época do ciclo do café, a fazenda era brasileira, os exportadores brasileiros, a semente brasileira. Agora, a economia da soja é feita numa fazenda brasileira, mas as máquinas são fabricadas por estrangeiros, os fertilizantes são estrangeiros, o banco que financia não é mais nacional, as exportadoras são estrangeiras e a semente é da Monsanto. Ou seja, é a desnacionalização da economia.

Essas medidas de incentivo fiscal à produção, como as contidas na MP do Bem, são válidas?

Não são ruins, o problema é que no Brasil nós temos uma informalidade imensa na economia. Calcula-se que existam no país 5 milhões de empresas organizadas, de acordo com o cadastro do CNPJ. Já o IBGE calcula que hajam 10 milhões de empresas informais. Existem dois brasis que estão interligados, e essa interligação é extremamente perversa para a vida brasileira. Só há uma maneira de reverter isso, é crescendo para valer. Porque a informalidade é a população querendo sobreviver de alguma maneira.

A UNE e as eleições 2006

À medida que se aproxima a campanha eleitoral surge a pergunta: Qual será a posição da UNE? O presidente da entidade, Gustavo Petta, adianta: “a UNE não vai se posicionar de maneira neutra”.

Num ambiente de acirrada disputa de projetos para o Brasil, onde estará em jogo a manutenção de uma orientação soberana em contraposição à uma orientação entreguista, Petta ressalta que a entidade deverá “combater qualquer possibilidade de retrocesso”. Por exemplo, a volta de um programa de privatização dos setores estratégicos brasileiros ou da renegociação da ALCA. “Essas propostas estão aparecendo de maneira explícita nas declarações do ex-governador de São Paulo e candidato do PSDB à presidência, Geraldo Alekimin”, lembra Gustavo.

“Isso não significa que a UNE irá se comportar de maneira adésista a qualquer programa que o Lula apresente”, explicou Petta. “Nós vamos ter o nosso programa que será apresentado à várias candidaturas. O cenário da disputa não está definido. Pode haver uma candidatura do PMDB, do PSOL. Por isso, não devemos apoiar nenhuma candidatura no 1º turno. Vamos cumprir o papel do debate de idéias em torno de um programa a ser apresentado para o Brasil. Num eventual segundo turno, onde haverá um grau maior de polarização, poderemos, através de um plebiscito entre os estudantes de todo o país, decidir se a UNE apoiará alguma candidatura”.

A Amazônia

“Não será a invasão do capitalismo selvagem na Amazônia brasileira que poderá resolver o destino dos vinte milhões de amazônidas ali residentes – uma grande parte vivendo uma geografia humana extremamente sofrida, tanto no mundo urbano em crescimento quanto nas regiões silvestres e rurais”. *Aziz Ab 'Sáber.*

Por Renata Mielli

Uma grande mancha verde na parte superior do mapa do Brasil tem sido já há algum tempo objeto de cobiça e especulação das nações imperialistas e de grandes empresas privadas. A Amazônia Legal ocupa 60% da superfície brasileira. São 4 milhões e duzentos mil km² de área, das quais 0,8 milhão de km² estão em unidades de conservação federal e estadual, o que representa 15,92% do seu território total.

A Amazônia transborda as fronteiras nacionais e abrange áreas de outros 8 países da América Latina (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa), constituindo-se na maior floresta tropical biodiversa do planeta.

Nela, pode-se encontrar uma vasta reserva mineral (nióbio, ferro, manganês, ouro, cassiterita, petróleo, gás), cerca de 20% de toda a água doce mundial, uma incontável constelação de espécies vegetais e animais, e milhares de quilômetros de vias navegáveis.

Soberba, a Amazônia aguç

os olhos do capital, que pouca ou nenhuma importância dá para a sua preservação e para melhorar as condições de vida dos povos da floresta.

A região possui uma baixa densidade demográfica. Nela vive pouco mais de 12% da população total do país, com uma média de ocupação de 4,2 habitantes por km², enquanto a densidade nacional é de 20 habitantes por km².

Aliados, esses indicadores transformaram a região num pavio de pólvora prestes a explodir. Com baixa presença humana e do poder público, seja local, regional ou nacional, a Amazônia sofre pela ocupação sem planejamento e predatória que tem comido a floresta, e pela ação dos biopiratas que roubam sementes e plantas da natureza para transformá-las em propriedade particular, passível de compra e venda.

As garras do imperialismo

O acelerado processo de desmatamento, principalmente nas décadas de 70, 80 e 90, chamou a atenção de grupos de defesa do meio ambiente, que passaram a

acusar o governo brasileiro de inoperante e taxá-lo de incapaz para proteger a floresta. Essa idéia ganhou o mundo e alimentou os interesses imperialistas na região. Armados pelo fato da Amazônia ser a maior floresta tropical do planeta e pelo argumento de que o Brasil não teria condições de preservá-la, os Estados Unidos e outros países desenvolvidos adotaram o discurso de que a Amazônia deveria ser transformada em patrimônio da humanidade.

O Secretário Geral da UNE e um dos responsáveis da entidade pelo Projeto Rondon, Pedro Campos, ressalta que “o avanço estrangeiro sobre a Amazônia se dá principalmente por meio de propaganda ideológica feita por ONG’s e missionários pseudo-independentes, mas que na verdade são financiados por órgãos governamentais, laboratórios e institutos militares e de pesquisa dos Estados Unidos e dos principais países da Europa”.

Para o geógrafo e professor da USP Aziz Ab 'Sáber, um dos maiores especialistas em Amazônia, há duas maneiras de se enxergar a região, “uma é a exigência da preservação da biodiversidade em termos do possível, que se trata do máximo de desenvolvimento com a floresta em pé – através de projetos ecologicamente auto-sustentáveis nas poucas áreas que já sofreram devastação, como é o caso do projeto Reca - Reflorestamento Econômico Concentrado e Adensado e das flonas – Florestas Nacionais –, e a outra é uma maneira

é do Brasil

insidiosa de separar a Amazônia do resto do Brasil em pleno início do terceiro milênio para favorecer a dominação externa. Esse olhar maldoso contra a soberania brasileira é que nos preocupa, porque depois da invasão do Iraque por causa do petróleo, a tentativa de enquadrar a Amazônia por processos indiretos é muito séria e grave. Porque está na ótica desses especuladores da pseudo-globalização o plano de ter recursos hídricos que estão faltando. Depois dos recursos hídricos, os recursos minerais que já foram comprovados com a questão da Serra do Navio e da Serra dos Carajás, as quais receberam privatizações absurdas.”

Preservação com desenvolvimento

A urgência na adoção de medidas mais efetivas para impedir a devastação na Amazônia é incontestável. No entanto, o debate da preservação acabou contaminado por posições extremas. De um lado os que defendem a intocabilidade da região, de outro os que vaticinam como inexorável a presença do homem e o surgimento de grandes cidades e pólos industriais.

Entre essas duas posições se levanta uma terceira: a que aponta a necessidade de se buscar o desenvolvimento auto-sustentável, que preze pela manutenção da floresta e ao mesmo tempo procure alavancar o enorme potencial econômico e científico da região, voltado para a melhoria das condições de vida dos povos da floresta (índios, ribeirinhos, sertanejos).

“Na Amazônia brasileira projeta-se uma população de vinte milhões de seres humanos, muitos dos quais marginalizados em razão de uma geografia humana sofrida. O mundo urbano novo que fez crescer e multiplicar cidades, atraiu gente de todas as beiradas

de rios e igarapés, mas não teve força para ampliar ou multiplicar mercados de trabalho. Daí ter surgido uma nova pobreza, responsável por subnutrição, bairros carentes, favelas e dramas pessoais e familiares inenarráveis”, denuncia o professor Aziz.

Fotos: Renata Mielli



A ação dos piratas da natureza

Hoje, toda a riqueza da Amazônia, incalculável em valores monetários, responde por apenas 5% do PIB nacional. A região está tomada por conflitos de terra, devido às grilagens e a ação de madeireiras ilegais. A atuação de Organizações Não Governamentais internacionais têm contribuído para o contrabando de sementes e espécimes nativas, fazendo da Amazônia um dos maiores pólos de biopirataria no mundo.

Um dos casos que ficou mais conhecido foi a tentativa de uma grande empresa multinacional do Japão, Asahi Foods, de patentear os nome do fruto Cupuaçu como marca comercial. A ação decisiva de movimentos contra a biopirataria no Brasil e no mundo conseguiu cancelar o registro da patente, mas as ameaças ainda continuam.

A Amazônia é nossa!

Defender a Amazônia brasileira é uma luta atual e necessária. A pressão dos grupos internacionais, a ausência de recursos para investimentos em projetos auto-sustentáveis na região e de marcos regulatórios que orientem a exploração da floresta são alguns dos fatos que dão relevo a essa luta.

Garantir a soberania do país sobre a floresta tem como ponto de partida a ocupação da Amazônia pelo poder público e por universidades que possam formar pesquisadores para desvendar os mistérios e as riquezas da região. Dados do CNPq mostram que em

toda a Amazônia há apenas 3,8% de pesquisadores e 2,7% de pesquisadores doutores. Em São Paulo este número é de 29,7% e 34,7% do total nacional.

Sem a presença da universidade, que pense caminhos viáveis para a aplicação de projetos de desenvolvimento auto-sustentável a região amazônica permanecerá vulnerável, e o Arco do Desmatamento que sobe pelo centro-oeste poderá adentrar a floresta.

“O Brasil precisaria abrir pelo menos 1 milhão de vagas no ensino superior em toda a Amazônia Legal. Desenvolver projetos de pesquisa e extensão de universidades federais e privadas de todo o país na região para reforçar o seu caráter de patrimônio nacional e ressaltar a responsabilidade que todos os brasileiros têm em defender e preservar a Amazônia. Isso dará condições científicas e tecnológicas para traçar políticas públicas de preservação da floresta e tirar dela o conhecimento que a humanidade precisa para resolver problemas de saúde, alimentação, recursos minerais. As comunidades indígenas e ribeirinhas são o mais importante aliado do Brasil nessa luta, pois eles detém o conhecimen-

to tão ambicionado pelas potências estrangeiras e tão precioso para o Brasil”, afirmou o diretor da UNE, Pedro Campos.

Dados do Sistema de Informações Sociambientais de 15 de março deste ano, mostram que há 268 unidades de conservação na Amazônia Legal. Desse total, 58,6% são áreas federais - sendo que 28,4% são de proteção integral (que não permitem a presença de moradores) e 30,2% de uso sustentável. Já os 41,4% referentes às unidades de conservação estaduais se dividem em 7,8% para proteção integral e 33,6% para uso sustentável.

Na contramão

A recente aprovação da Lei 11.284/2006 que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção está na contramão da luta pelo desenvolvimento soberano e auto-sustentável, ao conceder à iniciativa privada a ocupação das flonas para exploração de madeira.

Para Vladimir Oganaukas Filho, da Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal - Abeef, o estado precisa estar presente e se colocar como agente da organização e utilização dos recursos naturais. “Nós não acreditamos que a saída proposta pela lei de flonas vá diminuir o processo de devastação, mas sim acelerar o ritmo de desmatamento. O Estado precisaria fazer um inventário de toda a diversidade da região. É fundamental conhecermos a nossa biodiversidade”, e complementa: “o papel dos estudantes nessa con-



juntura é participar intensamente do debate dos rumos da nossa política ambiental, fazendo com que o estado cumpra a sua função”.

Outra preocupação da Abeef é o impacto dessa lei sobre as comunidades da região, que podem ser facilmente absorvidas como mão-de-obra das madeireiras. “São necessárias políticas públicas para conservar o saber e a cultura dos povos da amazônia, capazes de criar e manter a alteridade no diálogo, valorizar o que é próprio do olhar de quem vive na floresta. Nesse contexto, o incentivo ao manejo florestal comunitário deve ser prioridade, em detrimento de grandes projetos empresariais, principalmente os de capital internacional, que exaurem a madeira e reduzem a biodiversidade da Ásia, com impactos diretos nas populações do Globo”.

O professor Aziz Ab’Sáber concorda: “De repente, alguns pretensiosos defensores da natureza resolveram pressionar o governo central no sentido de se concederem flonas para as ONGs estrangeiras e aluguel para empresas interessadas na exploração de madeiras nobres. O ponto, porém, é que as ONGs estrangeiras não têm capacidade alguma para exercer atividades econômicas ditas auto-sustentadas, muito menos as empresas madeireiras, que têm condições de alugar florestas por trinta ou sessenta anos com vistas à realização de um desenvolvimento sustentável. Paradoxalmente, os que hasteavam a bandeira das matas atlânticas passaram a defender o ideário do aluguel das flonas para especuladores reconhecidos. Daí a necessidade de se procurar um desenvolvimento socioeconômico com o máximo da floresta em pé e de proteção possível para a biodiversidade regional.



UNE lança campanha pela defesa da soberania da Amazônia Legal

A importância estratégica da Amazônia para o Brasil e para a América Latina somada à cobiça internacional para ocupar essa região sempre foi objeto de reflexão e ações do movimento estudantil brasileiro. A bandeira da defesa da Amazônia já desencadeou inúmeros debates em universidades e seminários e foi um dos elementos considerados para o relançamento do Projeto Rondon, proposto pela UNE.

Durante a última edição do Rondon, realizada em janeiro de 2006, em 8 estados da Amazônia Legal, a UNE elaborou um questionário que foi distribuído para os rondonistas com o objetivo de fazer um levantamento dos principais problemas enfrentados pelas comunidades na Amazônia (a biopirataria, desmatamento, a ação de Ong's, institutos de pesquisas não

credenciados). “A campanha vai denunciar os problemas que existem na Amazônia e as ilegalidades ali cometidas”, informou Patrícia Nogueira, diretora da UNE responsável pelo Projeto Rondon e pelo desenvolvimento da campanha A Amazônia é do Brasil.

Ela salientou que os principais eixos da campanha, que além de debates realizará uma Caravana Cultural da UNE na região, serão a soberania nacional, o desenvolvimento e a integração do país. “Durante a campanha serão realizados debates sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável, políticas públicas para o meio ambiente, a Lei das Florestas, o Protocolo de Kioto, entre outros”.

A Caravana Cultural levará para a Amazônia, ainda, uma exposição mostrando os passos do Projeto Rondon.

TV DIGITAL: U

O futuro da tele

Garantir que a implantação da TV Digital no Brasil do país, democratizando o acesso aos meios culturais são algumas das preocupações

Por Daniele

O futuro nunca esteve tão próximo. Pelo menos em se tratando de novas tecnologias da comunicação. O carro-chefe que deve liderar essa viagem no tempo é a TV digital. Porém, disputando o rumo dessa aventura estão grupos poderosos e com interesses divergentes. E é aí que mora o perigo!

Assunto polêmico, a discussão do processo de implantação da TV digital no Brasil tem sido meramente focada, pela grande imprensa, na escolha do padrão tecnológico a ser adotado. Mas isso é papo furado. A questão é bem mais delicada. Especialmente por haver muito dinheiro e interesses envolvidos. Com a TV digital surge a possibilidade de ampliação do espectro de canais da TV aberta, chamada de multiprogramação, o que levanta uma importante questão: quem serão os donos dos novos canais? Quem poderá produzir os novos conteúdos? Estes são pontos que têm despertado preocupação, especialmente pelo histórico de barganha política que marcou os processos de concessão dos meios de comunicação no Brasil.

Nunca é demais lembrar a dimensão da influência e o valor que é dado a esse eletrodoméstico, trazido

Foto: Roberto Stuckert Filho/Agência O Globo



UMA NOVA MÍDIA

visão brasileira

contribua para pôr fim a um dos maiores monopólios de comunicação para outros agentes sociais, políticos e que aparecem no debate dessa questão.

Moraes



ao Brasil há 56 anos. Segundo dados do IBGE, 90,3% dos domicílios brasileiros têm aparelhos de televisão. Traçando um paralelo revelador, a pesquisa aponta que nesses mesmos lares apenas 87,4% têm geladeira. Ou seja, há mais residências com aparelhos de televisão, do que com geladeiras no Brasil. Isto prova que essa discussão tem relevância estratégica para o país, atingindo em cheio a sociedade, tanto na questão cultural, como econômica e política.

O fato é que há mais dúvidas do que certezas em relação aos alicerces que sustentarão a construção da TV digital no país. O que está por trás dessa decisão? Que interesses estão em jogo? Quais as inovações que a TV digital trará? Quais seus impactos na sociedade brasileira? Quem terá acesso? Como? Quando? Essas são algumas perguntas que vamos tentar responder.

O consenso entre os pesquisadores e especialistas na área é de que o foco do debate está equivocado. Para Diogo Moyses, integrante do Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, “antes de qualquer decisão tecnológica, o país precisa decidir o que quer da “nova” televisão”. Diogo acredita que a lógica da discussão está invertida: “a tecnologia deve responder às necessidades do país, e não induzir

um modelo de exploração específico, que mantenha os privilégios que há anos se perpetuam”. E sentencia: “uma decisão equivocada fará com que o país fique refém do ponto de vista tecnológico e da produção de conteúdo por no mínimo 30 anos”.

Tecla SAP

Para entender o assunto é preciso ter em mente que existem três padrões de TV digital utilizados no mundo: o americano (ATSC - Advanced Television System Comitee) – usado nos Estados Unidos, Canadá e Coréia do Sul; o europeu (DVB - Digital Video Broadcasting) – usado na maioria dos países de seu continente, além da Austrália, Índia, Malásia e África

do Sul; e o japonês (ISDB - Integrated Services Digital Broadcasting) – usado apenas no Japão.

No Brasil, graças ao forte *lobby* das grandes empresas de radiodifusão e telecomunicações, a disputa está polarizada entre o sistema europeu e o japonês. Com funcionalidades semelhantes, mas desenvolvidos sob prioridades diferentes, o padrão europeu foi feito principalmente para promover a multiprogramação, já o sistema japonês investiu em alta e baixa definição, tendo como principal diferencial a portabilidade e mobilidade que permitem a transmissão para celulares e aparelhos em movimento (como dentro de ônibus).

E é aí que começa a confusão e a polêmica. Por trás de diferenças aparentemente simples e pontuais se escondem os verdadeiros interesses. Cada sistema propõe um impacto diferente no mercado de mídia nacional e exercerá uma influência determinante no tipo de “modelo de negócio” que existirá, ou seja, na forma de explorar comercialmente essa nova plataforma de comunicação.

O foco primordial de interesse está na exploração da transmissão móvel, em baixa definição – fundamentalmente para celulares. O padrão japonês permite que o sinal transmitido em baixa definição parta das antenas das tevês abertas. Já o sistema europeu exigiria que o conteúdo fosse retransmitido a partir das antenas das ‘Teles celulares’, abrindo, com isso, o mercado para a exploração comercial dessas empresas. Em outras palavras, o setor de radiodifusão, que tem como expoente a Rede Globo, não quer depender ou ter que pagar pela utilização da estrutura das ‘Teles’ para transmitir conteúdo móvel e portátil. Já as ‘Teles’ querem garantir a ampliação de suas oportunidades de negócios.

Como dizem: “é briga de cachorro grande”. A Rede Globo declarou publicamente que é a favor do sistema japonês. Em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* (em 15/02/06), Fernando Bittencourt, diretor da Central Globo de Engenharia, afirmou que “o sistema adotado no Japão é o mais avançado tecnologicamente e o único a oferecer as características de alta definição, mobilidade e portabilidade no mesmo canal de televisão, como é desejo das emissoras e o melhor para o mercado consumidor”.

À frente deste debate está o Ministério das Comunicações, encarregado de propor um caminho e conciliar interesses. No entanto, o ministro Hélio Costa tem sido criticado pela postura adotada durante a condução do debate e por defender abertamente a adoção do padrão japonês. A pressão de setores da sociedade civil organizada e o acirramento do conflito de interesses acabaram adiando o processo de decisão – previsto para início de março.



Desafios: tecnologia nacional, regulamentação e multiprogramação

Ao longo dos últimos anos, pesquisadores e cientistas de universidades públicas e privadas do país desenvolveram um sistema brasileiro de televisão digital. Segundo especialistas, o padrão nacional atende às expectativas do mercado e é viável tanto do ponto de vista financeiro quanto tecnológico.

Diogo Moyses, do Intervezes, afirma que o sistema brasileiro é melhor, mais barato e atende às necessidades do país, além de permitir o domínio de uma tecnologia que estará em constante modificação, sempre em busca de aprimoramento. O diretor de Inclusão Digital da UNE, Leandro Chemalle, ressalta que o sistema nacional reúne as melhores características de cada padrão internacional, mas adaptadas à nossa realidade e necessidade, além de ‘livre’ e contribuir para o desenvolvimento e soberania científica e tecnológica brasileira”.

Para o sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira, ex-presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), com um sistema brasileiro “podíamos construir um padrão completamente aberto, dirigido por um comitê também aberto, o que levaria vários países a aderirem ao nosso modelo”.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB - RJ), diz que a disputa em curso envolve “os mais diversos interesses, menos os do país”. Para ela, o “avanço que as universidades conseguiram foi fantástico”, e lamenta que o Ministério das Comunicações não tenha divulgado amplamente o estudo e os resultados alcançados pela academia.

Além do conflito de interesses na discussão sobre o padrão e o modelo de negócios da TV digital,



a regulamentação do setor influenciará determinantemente no tipo de produção e de serviços que poderão ser disponibilizados. Ainda mais se considerarmos a legislação que regulamenta (ou tenta) os meios de comunicação de massa no Brasil, completamente desatualizada e mal estruturada.

O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) foi criado no início da década de 60. A partir daí a legislação sobre o tema tornou-se uma colcha de retalhos. Em 1997, o governo FHC promoveu a separação entre radiodifusão e telecomunicações, caminhando na contramão dos processos observados nos países mais desenvolvidos do mundo – que já apontavam para a convergên-

cia entre as mídias. Desta forma, temos hoje uma legislação que apresenta inúmeras contradições, que só tendem a se agravar com a entrada do sistema digital.

Assim, um amplo debate e uma profunda transformação nas regras que regem o setor serão imprescindíveis. Diogo Moyses afirma que para implementar a TV digital em sua plenitude será preciso estabelecer um novo marco regulatório, que influenciará diretamente em outro aspecto fundamental, a propriedade dos novos canais, “a multiprogramação não pode ser entendida como a chance das atuais emissoras veicularem mais de uma programação. A sociedade brasileira não quer mais do mesmo”. Ele acredita que essa

é uma oportunidade histórica de constituir um sistema público de comunicações, além do privado e estatal que já existem. “Precisamos estimular de maneira incisiva o surgimento de emissoras sem fins lucrativos, públicas, educativas e comunitárias. E possibilitar a regionalização da produção, já que hoje o país inteiro é massacrado pelas produções do eixo Rio-São Paulo”.

Líderes dos movimentos sociais têm manifestado preocupação. Eles temem que sem regras claras e democráticas exista o risco de aumentar ainda mais o monopólio dos grandes veículos de comunicação, além de permitir que grupos de capital estrangeiro, como as Teles, privatizadas durante o governo FHC, passem a produzir conteúdo.

A grande oportunidade para a democratização da Mídia

Mais do que a melhoria da qualidade de imagem, do desaparecimento dos chiados e fantasmas, ou da simples definição de padrão tecnológico a ser implementado, a discussão sobre a TV digital trata do futuro da comunicação no país, encarando-a como um importante aliado (ou não) no projeto de desenvolvimento nacional.

Em pouco tempo a televisão não será mais um instrumento de comunicação unilateral, que apenas emite uma mensagem. A revolução anunciada que, segundo especialistas, deverá ser realidade no prazo máximo de 15 anos, fará da TV uma janela para o mundo, possibilitando a interatividade real, revolucionan-

do a educação, potencializando o comércio, os serviços e, principalmente, convergindo e integrando os mais diversos meios.

Diogo Moyses acredita que será preciso lutar para que o interesse público prevaleça. Para ele, “é fundamental que a decisão não seja tomada em um período eleitoral. Defendemos que nos próximos meses aprofundemos o debate público e deixemos a definição para o fim de ano ou para o ano que vem”, conclui.

Uma coisa é certa: a oportunidade de termos uma televisão digital, multifuncional, que ofereça acesso a serviços, interatividade e inclusão digital, culminando um processo de democratização da mídia, não pode ser desperdiçada.

SAIBA MAIS...

Como acontecerá a migração para a TV digital?

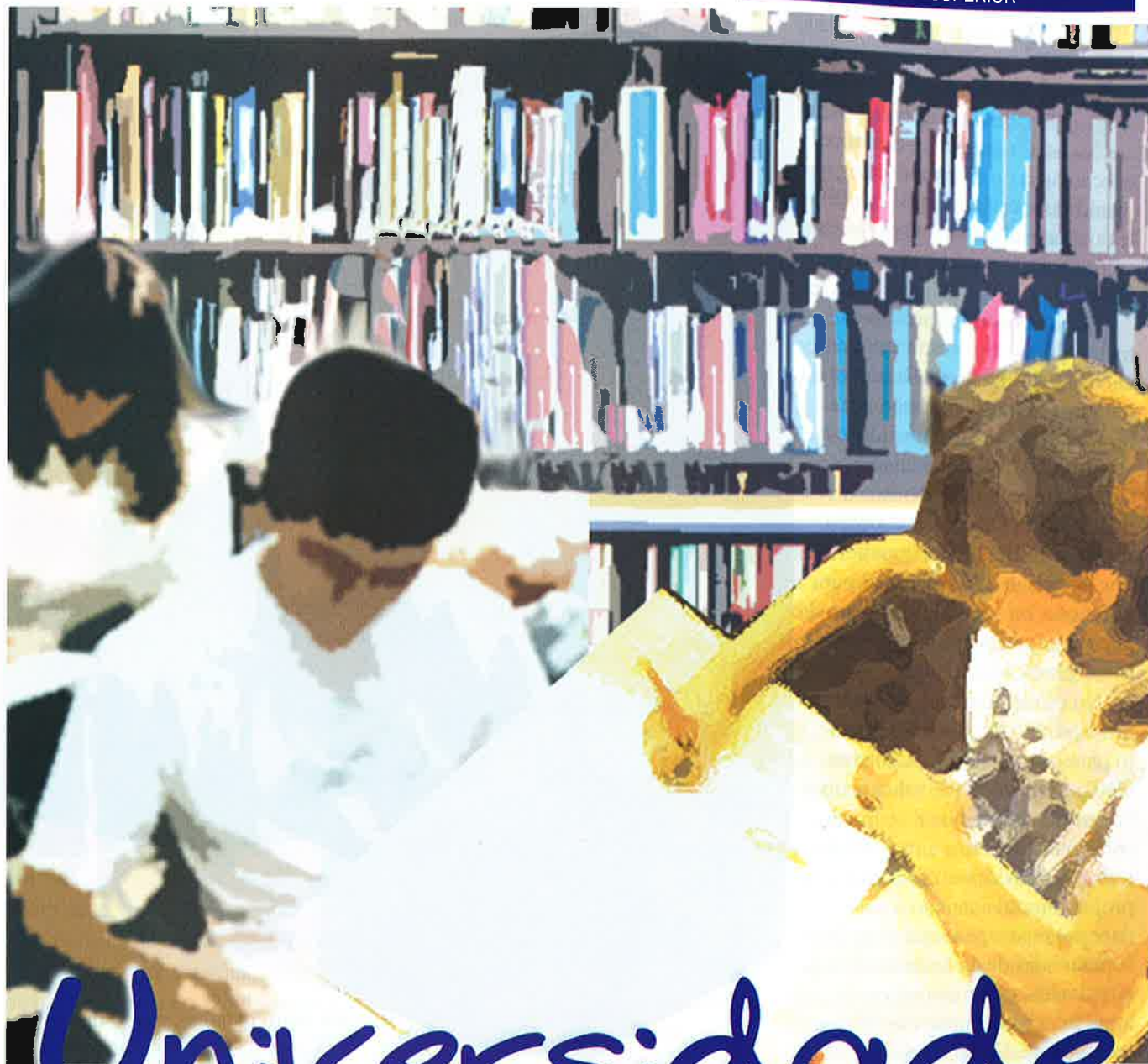
Segundo especialistas, todo o processo de migração para a TV digital no Brasil, independentemente do sistema adotado no país, deve durar cerca de 15 anos. No entanto, a partir das primeiras transmissões no novo sistema já será possível sentir as diferenças e aproveitar suas vantagens. Durante o período de transição, as emissoras atuais receberão um canal adicional (6 MHz), que será emprestado para que seja possível manter as transmissões digitais e analógicas.

Para assistir às novas transmissões digitais, o consumidor terá que adquirir um aparelho conversor, chamado “set top box”, que deverá custar entre 100 e 600 reais, dependendo da tecnologia e dos recursos desejados, ou comprar uma nova TV com sistema digital.

Inovações da TV digital - O que vem por aí?

A convergência das mídias, ou seja, a utilização simultânea de diversos meios de comunicação, promete ser a grande inovação da TV digital. Segundo Sérgio Amadeu, “a tendência é avançarmos para a TV como um terminal de um servidor caseiro. No quarto o terminal wireless (sem fio) serviria como um computador tradicional e na sala seria usado como TV em uma tela adequada. Não é a Internet que irá para dentro da TV, será a TV que irá cada vez mais para a Internet”. Com ela será possível, por exemplo:

- Acessar e-mails;
- Comprar produtos;
- Consultar sites, fazer buscas ou entretenimento;
- Dependendo do sistema que será utilizado, a TV também poderá proporcionar divisão de um canal existente em até quatro, aumentando a quantidade de programas;
- Se adotada, a alta definição vai atribuir qualidade de cinema à TV;
- A recepção digital móvel possibilitará a chegada perfeita do sinal em movimento;
- Acesso a serviços de governo eletrônicos, ensino virtual e comércio digital, usando o canal de retorno.



Universidade em sintonia com o Brasil

Foram meses de debates envolvendo os mais variados setores da sociedade civil e do governo. O resultado desse trabalho está contido no Anteprojeto de Reforma Universitária que, em julho de 2005, foi enviado à Casa Civil, de onde seguiria para a Câmara dos Deputados. Passados 9 meses, a Reforma Universitária encontra-se parada no Executivo, atrasando a implementação de medidas que poderão colocar a universidade brasileira em um novo patamar, como a valorização da rede pública, a garantia de políticas de ampliação do acesso e permanência, e de democratização da gestão.

Por Renata Mielli

E impossível para qualquer país que pretenda enfrentar seriamente os desafios de crescimento econômico, científico e tecnológico, e de promoção da igualdade social desvincular o debate do desenvolvimento nacional e da valorização do sistema educacional público.

Os países que apresentam as maiores taxas de crescimento e de elevação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH são justamente os que deram prioridade à erradicação do analfabetismo, ao aumento dos índices de escolaridade e à ampliação da educação superior. O Brasil, atualmente, destina apenas 4,2% de seu PIB para a educação, ou seja, muito aquém do que seria necessário para atender às exigências da demanda.

No esteio do debate sobre um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, o presidente da UNE, Gustavo Petta, salienta que “a questão educacional se impõe, sob a ótica de que a universidade tem que estar sintonizada com esse projeto, impulsionando as mudanças no país para que possamos superar suas desigualdades sociais e regionais, gerar empregos, e ampliar sua produção científica e tecnológica. E não é possível fazer isso sem que haja uma política clara de valorização da Universidade Pública vinculada a um compromisso do Estado brasileiro de renovar os desafios do Ensino Superior no país”.

Esse foi o esforço que concentrou centenas de entidades e o Ministério da Educação durante os anos de 2004 e 2005 nos debates para a elaboração de um Anteprojeto de Reforma Universitária.

Todo esse rico processo culminou numa proposta que, apesar de ter buscado atender aos interesses

dos mais diversos setores, tem importantes méritos, o principal é o de ter como eixo a visão de que é preciso valorizar a Universidade Pública.

Apesar das ressalvas a vários pontos da proposta, Louise Caroline, vice-presidente da UNE, considera que “o texto do anteprojeto, pactuado por um extenso debate público, aponta para o acerto da UNE em ter disputado a proposta de reforma universitária, porque, sem dúvida, ele coloca a universidade pública e a educação superior

em outro patamar, muito mais próximo daquele historicamente defendidos por nós”.

Haddad ressalta que essa “será a primeira reforma da educação feita em período democrático, as outras duas foram feitas em regime de exceção”. Para o ministro o que fica claro é que o anteprojeto foi construído sobre dois pilares, “o primeiro que diz respeito a uma maior exigência de qualidade das instituições públicas e particulares para continuarem a gozar de autonomia e, em segundo lugar, o financiamento estável para as instituições públicas cujo mantenedor é o poder público exclusivamente”.



Câmara dos Deputados foi postergado. Desde julho de 2005, a sociedade aguarda um parecer final da Casa Civil para que a Reforma Universitária seja encaminhada aos deputados.

A UNE, ao lado de outras entidades, tem pressionado o governo para enviar o projeto ao Congresso, que até o fechamento desta edição de *Movimento*, ainda se encontrava no Executivo. O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou que todos os debates realizados indicam que o projeto deva seguir ainda no mês de abril para a Câmara.

Enfrentar a polêmica no Congresso

A questão do financiamento é um ponto nevrálgico na discussão da reforma, e pode enfrentar uma grande resistência no Congresso Nacional. Haddad, no entanto, vê boas possibilidades para o debate entre os deputados. Ele lembrou que na legislatura anterior, por ocasião do debate do Plano Nacional de Educação, foi aprovado um dispositivo que destinava 75% das verbas vinculadas à educação à manutenção das instituições federais. “Naquela ocasião o veto partiu do executivo”. Haddad acredita haver entre os parlamentares “disposição em garantir uma estabilidade de financiamento para as universidades públicas”.

A inclusão da Assistência Estudantil, iniciativa que partiu de uma emenda apresentada pela UNE, é outro aspecto importante, mas que precisa se materializar na garantia de uma rubrica própria no orçamento para este fim. Haddad reforça essa visão ao dizer que “a Assistência tem uma correspondência imediata com todo o esforço que o MEC tem feito para ampliar o acesso. Nós sabemos o quão difícil é para o jovem de baixa renda, mesmo tendo demonstrado méritos para conseguir uma vaga na instituição pública, se manter na universidade. Portanto, acreditamos

que se existirem mais recursos para a instituição como um todo é desejável que uma parte esteja direcionada para a Assistência Estudantil, para garantir a sustentabilidade desses projetos de inclusão”.

Muito polêmico e alvo de forte pressão é o debate em torno da regulamentação das instituições privadas, que durante as 3 versões do anteprojeto de reforma foram sendo minimizadas, fruto do *lobby* dos donos de escola.

Ao ser questionado sobre a tentativa que a Associação Nacional das Mantenedoras tem feito de se desvincular dos instrumentos regulatórios do Estado, Haddad afirma que não tem “nenhuma restrição a que o sistema privado crie mecanismos de auto-regulação, mas a Constituição estabelece, antes de tudo, que a verdadeira regulação da educação superior deve ser feita pelo poder público”. E foi enfático: “Eu não sei se existe essa pretensão, mas se ela existisse violaria a Constituição, e eu duvido que o Congresso Nacional proponha uma emenda Constitucional que revogue esse dispositivo. O Executivo certamente não o fará. Todos estão muito conscientes que o papel do Estado é não proibir o ensino particular, ele pode e deve continuar, mas ele é, na melhor hipótese, uma atividade complementar a do Estado. Daí a necessidade de expansão e interiorização da universidade pública e gratuita no país, ao mesmo tempo que reforçamos os instrumentos de regulação e de avaliação”.

O que já está sendo feito

Ainda que o Anteprojeto esteja parado no Executivo, o MEC antecipa medidas previstas na Reforma Universitária e que “compõem um quadro geral da mudança da educação superior no Brasil” na visão de Haddad.

“A primeira foi o envio do

Entre os pontos que estão presentes na última versão do Anteprojeto de Reforma Universitária e que motivam o apoio da UNE à proposta estão: a incorporação da assistência estudantil ao projeto; a regulamentação de prazo mínimo de 120 dias para a divulgação de reajustes nas mensalidades das universidades privadas; a limitação da entrada de capital estrangeiro nas universidades a no máximo 30%; a sub-vinculação de 75% do orçamento federal da educação para as universidades federais; autonomia dessas instituições; o fim da lista triplíce para a escolha de reitor, entre outras.

Contra o engavetamento da Reforma

No entanto, impasses gerados pela área econômica no interior do governo emperraram o processo de debate e o envio do projeto para a

projeto de Reserva de Vagas para alunos egressos da escola pública. A segunda, através do ProUni, que regulamentou as isenções fiscais das instituições que tinham o benefício sem oferecer nenhuma contrapartida para a inclusão de alunos de baixa renda no sistema da educação superior. Uma terceira foi a lei do Sinaes, que trouxe um aprimoramento da avaliação muito importante, e que já está impactando positivamente nas instituições, como a existência de programas de pós-graduação avaliados pela Capes, ouvidorias, de conselhos que estabeleçam a comunicação da universidade com a sociedade. Ou seja, a avaliação inexistia no Brasil. E, no nosso entendimento, ainda que o Enade e a avaliação de cursos possam ser momentos do processo

avaliativo, eles têm que culminar com a avaliação institucional”.

Levar a Universidade para o Interior do Brasil

Outra iniciativa fundamental do governo federal é o Programa de Expansão e Interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior.

Depois de atravessar uma década sem expandir o ensino superior público, o governo está criando dez novas universidades federais: ABC, Pampa, Grande Dourados, Recôncavo Baiano, Triângulo Mineiro, Tecnológica do Paraná, Rural do Semi-Árido, Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Alfenas e a de Ciências da Saúde de Porto Alegre. O governo federal também está criando ou consolidando

42 campi, atingindo ao todo 68 municípios brasileiros e ampliando para 125 mil a oferta de novas matrículas até 2010. Para isso, serão investidos R\$ 592 milhões em todo o programa de expansão.

Além de ampliar o sistema, o governo está investindo mais recursos nas universidades federais. O orçamento global das Ifes teve uma significativa elevação: de R\$ 7,7 bilhões, em 2004, para R\$ 8,9 bilhões em 2005. No mesmo período, a verba de custeio aumentou de R\$ 543 milhões para R\$ 803 milhões – um crescimento de 48%. O maior incremento orçamentário para as universidades federais nos últimos dez anos. Para 2006, estão previstos R\$ 958 milhões para custeio e investimento das Ifes.

Veja o mapa da Expansão das Universidades pelo país



Não está à venda



A venda de uma grande universidade brasileira para uma empresa norte-americana aguçou ainda mais o debate sobre se o Brasil deve permitir a entrada de capital estrangeiro no ensino superior. Na opinião de entidades e especialistas não. Educação é um setor estratégico e de cunho nacional, não pode estar subordinada aos interesses culturais, econômicos e ideológicos de outros países.

Por Tariana Brocardo

A Constituição brasileira define a educação como um serviço público, que pode ser oferecido pelo Estado e pela iniciativa privada, sendo que esta última, para funcionar, precisa obedecer às normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade do poder público.

Na concepção dos movimentos sociais e defensores da soberania nacional, a Educação, por ser um serviço público estratégico, deve ser regulamentada pelo Estado. A UNE tem feito uma defesa histórica contra a mercantilização da educação e contra a entrada do capital estrangeiro no ensino superior do país.

Fruto da discussão entre os diversos segmentos da sociedade civil e do sistema educacional brasileiro sobre o tema, foi incluído no texto final do Anteprojeto da Reforma Universitária, um artigo que regulamenta a participação de capital externo em instituições de ensino superior a no máximo 30%.

Se mais nenhum grupo estrangeiro fizer aquisições no país até a aprovação da Reforma Universitária, o Brasil terá duas corporações americanas inseridas em universidades nacionais com participação superior a prevista na proposta: Laureate Education, Inc., que este ano entrou com 51% de participação na Universidade Anhembí Morumbi, de São Paulo, e o grupo Apollo, dono da Universidade de Phoenix, Arizona, que tem há quatro anos 50% da Faculdade Pitágoras, de Minas Gerais.

Um negócio de milhões

A Laureate investiu US\$ 69 milhões (R\$ 158 milhões) na aquisição da Universidade Anhembí Morumbi, que possui 25 mil alunos de graduação e é a 22ª maior entre

as 1.859 instituições de ensino superior do país, segundo levantamento do MEC (Ministério da Educação), alcançando um lucro de R\$ 52,8 mi no ano passado. O Brasil é o 15º país em que a multinacional está presente. Mas o que faz uma empresa investir tantos milhões na aquisição de um negócio? A resposta é simples: ampliar sua margem de lucro. É o que se pode verificar ao analisarmos o aumento da renda obtida pela Laureate no ano de 2005. Houve um incremento de 35% na sua renda, passando de US\$ 646,9 milhões em 2004, para US\$875,4 milhões em 2005. Espera-se para o primeiro trimestre deste ano, uma movimentação de US\$215 a US\$235 milhões!

Segundo o diretor de comunicação corporativa da empresa Christopher Symanoskie, a Laureate está construindo uma rede internacional de universidades, chamada Uni-

versidades Internacionais Laureate. “Cada instituição que faz parte dessa rede oferece aos seus alunos uma experiência educacional e cultural local, e compartilha programas acadêmicos e serviços estudantis com outras universidades membro em toda a Europa, Ásia e Américas”, disse Symanoskie. “Esta mistura peculiar de perspectivas locais e de uma visão internacional prepara os estudantes com teoria, conhecimentos práticos e habilidades essenciais para o sucesso em um ambiente de trabalho cada vez mais competitivo”, acrescentou.

Qual o papel da Universidade

O assistente especial do reitor da Universidade das Nações Unidas e ex-diretor da divisão de ensino superior da UNESCO Marco Antonio Dias contra-argumenta. “Estas redes se-



rão fundamentais no tratamento de problemas que são comuns à humanidade, como a paz, o desenvolvimento, a proteção do meio ambiente e para a melhoria da qualidade da pesquisa e da formação”, mas alerta “que a participação dos estrangeiros é ligada à questão da privatização e também à da liberdade de comércio defendida pela Organização Mundial do Comércio. São elementos apoiados pelos que tradicionalmente defendem a introdução do sistema de ensino superior pago”.

Para a presidente da Contee-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - Madalena Guasco, o discurso dos aspectos positivos da globalização da educação não passa de uma visão mercadológica e superficial, gerada pelo interesse das grandes corporações em colocar a educação brasileira como serviço na OMC, o que caracteriza a mercantilização e desregulamentação do ensino.

Já na opinião do presidente da Hoper Educacional, Ryon Braga, o Brasil vem na contramão do desenvolvimento da educação mundial, “mantendo um isolacionismo cômodo e uma xenofobia ímpar traduzida recentemente em artigo do Anteprojeto da Reforma Universitária que limita o capital estrangeiro nas instituições de ensino brasileiras”. A Hoper é uma empresa de consultoria que tem a Universidade Anhembi Morumbi como um de seus clientes.

Capital estrangeiro: alternativa à crise das particulares

Entre 1996 e 2004 houve uma expansão desenfreada da rede privada no ensino superior brasileiro, criando uma saturação do mercado que levou a uma redução da margem de lucro das institui-

ções de 18% para 7,7% na média. A previsão das consultorias é de que em três anos sejam extintas 400 instituições de ensino superior de pequeno porte (com menos de 500 alunos). Algumas já começaram a fechar as portas e transferir seu corpo discente para outras universidades. Esta vulnerabilidade requer soluções a curto e médio prazo.

Entre as alternativas encontradas pelas instituições para se salvarem da extinção estão as fusões, aquisições de pequenas por maiores, corte de custos, expansão para outros Estados, ou o ingresso do capital estrangeiro.

Até muito recentemente, não havia um grande interesse por parte de multinacionais em entrar no mercado educacional brasileiro. O grupo Apollo ficou por quatro anos operando sozinho no país. A aquisição da Laureate e as altas possibilidades de lucro chamaram a atenção do mercado internacional para cá. Ainda que em crise, o negócio movimentava R\$ 15 bilhões por ano no país.

Há, ainda, outros grupos que procuram se manter focando em públicos de alta renda e cobrando altas mensalidades, num processo que vai de encontro aos interesses sociais e de inclusão, como a Faap (Fundação Armando Álvares Penteado) e a FGV-SP (Fundação Getúlio Vargas).

Estratégica para a soberania

Para que haja soberania nacional na educação é urgente que o Anteprojeto da Reforma Universitária seja aprovado. O Ministro da Educação, Fernando Haddad, considera esse um aspecto de extrema importância no debate sobre a universidade no Brasil e sua função estratégica para um projeto de desenvolvimento nacional.

“Se a propriedade dos meios de comunicação e a propriedade das empresas de aviação têm restrição à entrada do capital estrangeiro por serem consideradas atividades estratégicas, há muito mais razão para haver essa restrição no ensino superior. Eu penso que se nós colocássemos peso com relação a essas atividades que eu mencionei, a educação superior talvez fosse a mais estratégica e importante, porque não se trata só de informar, como nos casos dos meios de comunicação, se trata da própria formação do cidadão, que correria o risco de ser transposta para um projeto que eventualmente não é o projeto nacional que nós estamos imaginando”, alertou Haddad.

Para o ministro, “um país em que 70% das matrículas estão em instituições particulares, e uma grande parte delas se transformando em instituições com fins lucrativos, o que não era possível até 1995, liberalizar totalmente ou manter o sistema totalmente liberalizado como hoje é preocupante. Nós devíamos fazer uma reflexão sobre o que se espera da educação superior, o papel estratégico que ela representa para um projeto nacional e, portanto, estabelecer regras para que isso possa ser regulado”, concluiu.

Marco Antonio Dias vai além. Para ele, a questão do controle dos estabelecimentos de educação é grave: “Na medida em que a propriedade das instituições esteja em mãos de capitais estrangeiros, a orientação da formação será a do interesse destes capitais. Creio que medidas como essa (do Anteprojeto da Reforma Universitária) são paliativas e não resolvem o problema. Se um grupo investe o equivalente a 30% em uma instituição de educação é por estar certo de que terá o controle sobre seu destino”.

Educação não é mercadoria para ser negociada

A investida das grandes corporações internacionais e de países como os EUA é no sentido de não somente comprar nossas universidades, mas incluir a educação nos Acordos Gerais de Comércio e Serviços da Organização Mundial do Comércio, como se fosse mais um produto a entrar no atacado mundial

Por Tariana Brocardo

Foto: Arquivo Contee



Há lacunas na legislação brasileira que permitem o ingresso do capital estrangeiro no ensino superior. No anteprojeto de reforma se propõe um limite de 30%. Essa ainda é uma margem perigosa?

O ideal é que fosse terminantemente proibida a participação de capital estrangeiro na educação superior, porque ela tem caráter estratégico para qualquer país. O projeto de Reforma Universitária coloca o limite de 30%, o que já é um avanço. No entanto, como o projeto ainda não foi enviado para o Congresso e, depois de ser enviado ainda passará por toda a tramitação, o risco real que corremos é de que universidades brasileiras sejam vendidas ao capital internacional, como já ocorreu com a Anhembi Morumbi.

Que setores pressionam o governo para a facilitar a entrada do capital estrangeiro?

Parte dos setores privatistas pressiona. Existem empresas de assessoria que têm como objetivo intermediar a negociação entre os investidores internacionais com o setor educacional do nosso país.

Os MBA's e especializações são uma porta de entrada desse capital?

Infelizmente, não creio que sejam apenas os MBA's. O capital internacional está interessado em todos os tipos de curso, inclusive nos de graduação e pós-graduação. Os grandes grupos querem

colocar a educação brasileira como serviço na OMC.

Que impacto a crise econômica da rede privada tem na facilitação da participação das corporações multinacionais no sistema educacional brasileiro? A situação da PUC-SP reforça a visão mercadológica?

A crise do setor privatista na educação tem trazido um risco maior neste sentido. Já o problema da PUC-SP não reforça a visão mercadológica. A crise da PUC não é de seu modelo, como alguns mal-intencionados tendem a afirmar. A PUC-SP tem 60 anos de existência e elege seus reitores pelo voto direto e paritário desde 1976, ainda sob a ditadura militar. Seus estatutos foram escritos e debatidos por todos os segmentos da Universidade, sua estrutura é uma das mais democráticas do país, a nossa carreira docente e o nosso contrato de tempo foram regulamentados em 1974 e nunca perdemos a excelência acadêmica e a democracia interna. A instituição já passou por vários governos com as mais diversas orientações e já viveu outras crises financeiras que foram superadas. O desequilíbrio atual data de 4 anos e não é estrutural; é produto da expansão desenfreada do ensino privado de péssima qualidade no país e do descaso com a educação nos governos neoliberais, que cortaram as verbas para pesquisa e extensão, trazendo um déficit na pós-graduação e nos serviços prestados pela universidade.

Uma parceria com uma corporação estrangeira poderia ser benéfica para uma instituição na situação da PUC-SP?

Parcerias são sempre importantes para as Universidades, que devem se relacionar com instituições internacionais, trocar experiência, desenvolver pesquisas conjuntas, criar programas e produzir conhecimentos de relevância nacional e internacional. Isto é saudável e necessário. Se este tipo de parceria tiver financiamento, qual o problema? O que não concordamos é que a educação seja considerada serviço na OMC e as ações das instituições sejam negociadas na bolsa de valores para o capital internacional.

O governo poderia intervir no caso específico da PUC-SP e de outras instituições com problemas financeiros? Qual seria uma alternativa viável?

O governo tem responsabilidade em manter a qualidade e a autonomia de uma Universidade como a PUC-SP. No entanto, eu discordo do emprego de verbas públicas como forma de financiamento geral, não vinculadas ao desenvolvimento de infra-estrutura, da manutenção de bolsas estudantis ou de programas de políticas públicas e de pesquisa e extensão. Para que houvesse financiamento direto seria necessário mudar o caráter da mantenedora da PUC-SP (a Fundação São Paulo) que teria que se constituir como uma fundação de caráter mais público que privado. Existem possibilidades de programas especiais que podem ser desenvolvidos entre a Universidade e o MEC.

UNE realiza campanha contra a Mercantilização da Educação

Durante o VI FSM que aconteceu em Caracas, entidades estudantis de todo o continente participaram da reunião organizada pela Oclae - Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes, na qual foi aprovada a realização de uma campanha unificada contra a mercantilização da educação e a venda das instituições educacionais para o capital estrangeiro.

Essa é a campanha que todas as entidades vão levar às ruas no mês de novembro, para construir uma lógica diferente nesses países que sofreram tanto com a implementação do neoliberalismo. Além do Brasil, outros países latino-americanos têm um quadro educacional parecido: instituições

públicas pequenas e insuficientes para abarcar o conjunto dos estudantes e uma quantidade absurda de instituições particulares.

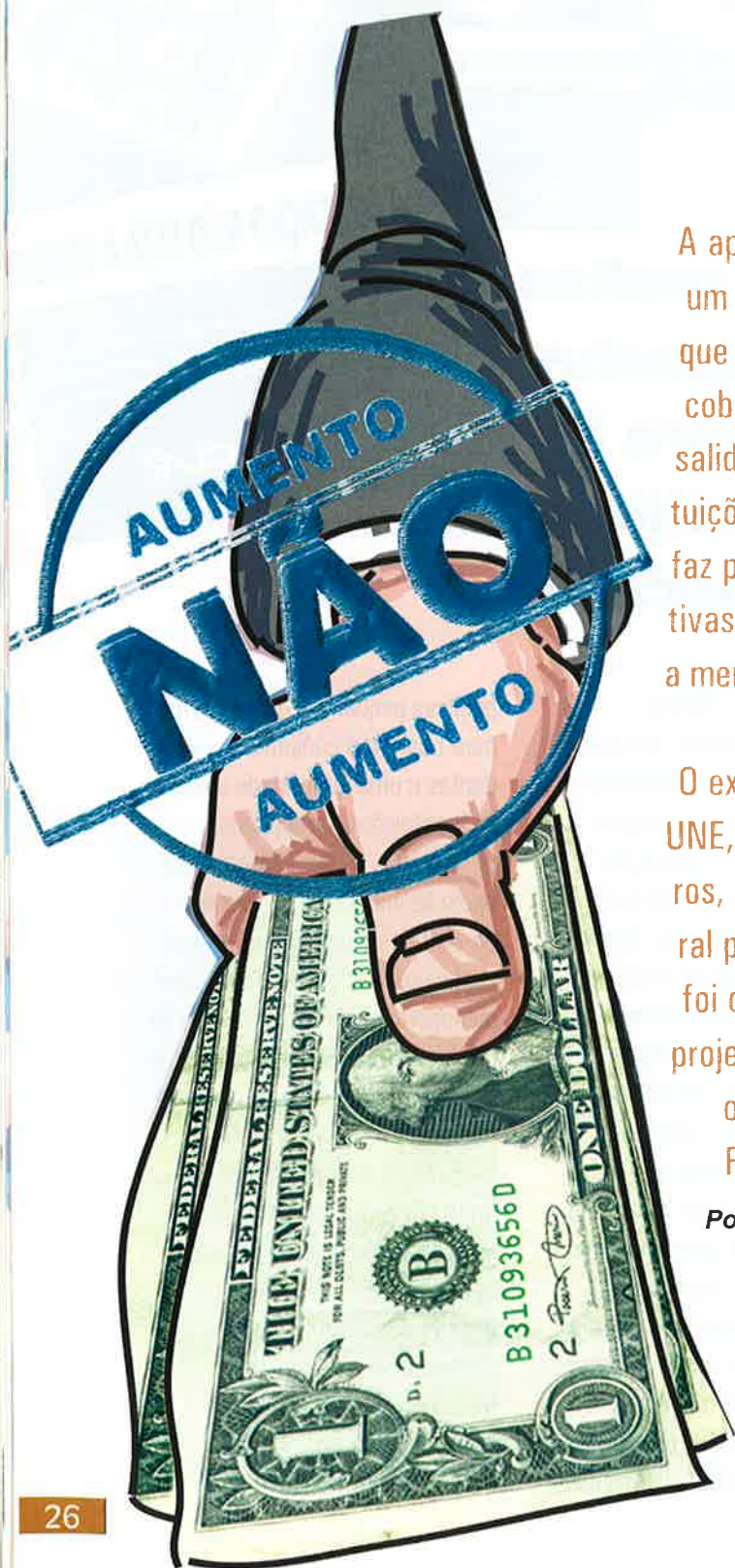
Por isso, a UNE reafirma seu apoio às iniciativas que venham no sentido de uma internacionalização positiva, por exemplo, com a cooperação de países dentro da América Latina para a construção de uma Universidade Latino-Americana.

Mas, a mercantilização imposta pelos países desenvolvidos, que veem aqui comprar as universidades brasileiras colocando o conhecimento aqui produzido à serviço do parque tecnológico de seus países, isso a UNE não vai permitir.



Mensalidade

pr



A apresentação de um Projeto de Lei que regulamente a cobrança de mensalidades nas instituições particulares faz parte das iniciativas da UNE contra a mercantilização da educação.

O ex-presidente da UNE, Renildo Calheiros, deputado federal pelo PCdoB/PE, foi o signatário do projeto que recebeu o número de PL 6489/06

Por Renata Mielli

Num país em que mais de 70% dos estudantes universitários estão em instituições particulares a não existência de uma lei que regulamente a cobrança de mensalidades gera abusos e violam os seus direitos. Mesmo após várias tentativas da UNE e de outras entidades no sentido de fazer com que o governo federal elaborasse um projeto de lei para criar um marco regulatório para o funcionamento do setor privado no ensino superior brasileiro, nenhuma iniciativa foi tomada.

Compreendendo que a educação é um serviço público e que exige fiscalização do Estado, a UNE, através do seu ex-presidente e deputado federal Renildo Calheiros (PCdoB-PE), apresentou, em novembro de 2005, um Projeto de Lei que “Implementa medidas voltadas a assegurar o controle do aumento das mensalidades nos Estabelecimentos do ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior”.

Renildo Calheiros fundamenta a iniciativa analisando que “o Estado brasileiro precisa ter uma ação de tal forma que o ensino não seja tratado como mercadoria. Não se troca de escola como quem troca de supermercado. Por isso, é preciso haver regras que protejam o estudante e seus pais, para que eles não fiquem sujeitos à voracidade de

de ecisa de Lei

algumas instituições particulares”.

A sanha dos donos de escolas para aumentarem os seus já robustos lucros é impressionante. Boa parte das mensalidades cobradas no país ultrapassa a casa dos dois mil reais. Isso gera uma inadimplência que alcança 30% dos estudantes, segundo dados das próprias mantenedoras das universidades.

O signatário do projeto apresentado pela UNE reconhece que o tema deverá despertar grande polêmica na Câmara, já que o *lobby* das particulares é forte na Casa. Renildo lembra que já houve uma tentativa de regulamentação durante o governo do presidente Itamar Franco, “que talvez tenha sido o momento em que as escolas particulares tenham sido enfrentadas com mais firmeza pelo governo brasileiro. Mas a pressão por parte dos donos de escola foi grande e, de lá para cá, não tivemos nenhuma medida mais arrojada, o que deixa o estudante completamente desprotegido”. E sentenciou: “O que não pode é os estudantes continuarem indefesos e os donos das escolas particulares cobrando mensalidades abusivas que não correspondem à média dos salários no Brasil”.

O PL - 6489/06

O projeto apresentado pela UNE condiciona o reajuste das mensalidades à discussão com pais e alunos

e impede a expulsão sumária de inadimplentes, além de obrigar que o anúncio do valor da nova mensalidade seja divulgado 120 dias antes do encerramento das matrículas. Atualmente isso ocorre em média somente 40 dias antes, impedindo a organização de pais e alunos para participarem das negociações.

Pela proposta, “o valor da mensalidade escolar corresponderá ao valor da mensalidade do ano anterior, salvo quando demonstrada a necessidade de reajuste, para efeito de custeio dos encargos educacionais e, mesmo quando comprovada a necessidade do reajuste, este deve ser menor que o índice de inflação do IPCE (Índice de Preço ao Consumidor) do ano anterior”.

De acordo com as regras atuais, as escolas e mantenedoras das universidades particulares apresentam o índice de reajuste baseado em planilha de custos, sempre acima de inflação.

O deputado Renildo Calherios destaca que esses devem ser os pontos mais polêmicos do debate no Congresso e ressalta a necessidade de se “combinar uma articulação dentro do parlamento com uma mobilização fora do parlamento para gerar uma pressão sobre os deputados e garantir que a matéria seja votada”.

A questão da organização do movimento estudantil nas insti-

tuições particulares e do reconhecimento das entidades também aparece na proposta de Projeto de Lei da UNE, uma vez que ele prevê a constituição de uma Comissão de Negociação que tenha representantes dos estudantes, através das entidades, dos professores, funcionários, pais e da mantenedora.

Garantir o direito dos Estudantes

Enquanto o Projeto de Lei da UNE não é aprovado, a entidade, em parceria com a União Estadual dos Estudantes de São Paulo, firmou uma parceria com o Procon para que os estudantes que tenham seus direitos aviltados possam ter uma assistência e orientações jurídicas.

Renildo vê com entusiasmo essa iniciativa, já que “a organização para a luta contra os aumentos é sempre muito delicada nas instituições e nem sempre os estudantes dispõem de informações suficientes sobre a legislação, nem de acompanhamento jurídico para saber o que fazer. Em muitas escolas, há certo receio de parcela dos estudantes de desenvolver uma luta contra a direção, por isso lançar mão de todos os instrumentos públicos cuja finalidade seja defender e proteger os estudantes e suas famílias é correto e necessário”, afirmou.

América Latina

Um caminh



o alternativo

O laboratório de experiências imperialistas para textar o desempenho do receituário neoliberal trouxe miséria, violência e o desmantelamento das nações latino-americanas. A reação aparece com a vitória de governos nacionalistas nos países da região, que buscam na integração um caminho para se contrapor ao imperialismo norte-americano.

Por Renata Mielli

Percorrer a estrada que leva ao desenvolvimento nacional implica, além de medidas internas nas áreas política, econômica e social, o estreitamento das relações com países que buscam, como o Brasil, seguir um caminho independente.

Nesse rumo, o governo brasileiro tem adotado uma postura protagonista permitindo conquistas significativas para o país, em especial as vitórias nas negociações comerciais da OMC, o estancamento da implantação da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas, e o esforço do Brasil para integrar os países sul-americanos em torno do Mercosul.

Defender os interesses nacionais nos marcos de um mundo unipolar, dominado pelo imperialismo norte-americano, requer a união de nações que, fortalecendo-se mutuamente, possam enfrentar o

hegemonismo dos Estados Unidos. Particularmente na América Latina, que viveu um período de 10 anos de implantação de políticas neoliberais, nos quais as principais lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais eram de resistência. Lúcia Stumpf, diretora de Relações Internacionais da UNE lembra que foram anos em que "lutávamos contra as privatizações e a desnacionalização da economia, contra o desmonte da universidade pública e para que o seu orçamento não fosse reduzido; não tínhamos perspectiva que fossem criadas novas universidades públicas no Brasil como a gente vê hoje. Agora, a América Latina vive um momento muito frutífero, de construção de países diferentes, de uma sociedade que consiga se estabelecer em bases soberanas, não dependentes, nações que preservem suas próprias características, mas que estão unidas naquilo que temos

em comum, que é esse sentimento latino-americano”.

O sociólogo Emir Sader destaca quatro elementos da identidade cultural dos povos latino-americanos que fundamentam a importância de se constituir uma integração regional visando a busca de interesses comuns. Para ele, “em primeiro lugar, as formas de vida desses povos, seus costumes, seus valores forjados na resistência contra a colonização, contra a discriminação, a opressão, a exploração. Em segundo, a trajetória de nossas nações, a construção dos Estados nacionais. Em terceiro lugar, os va-

lores ligados à diversidade cultural em nossas sociedades. Em quarto, nossa identidade latino-americana, aquela que temos em comum com todos os povos e nações do continente”.

Pólo de resistência

A vitória de governos oriundos dos movimentos sociais e com trajetórias políticas ligada às lutas democráticas e progressistas em vários países da América Latina nos últimos anos (Chávez, na Venezuela; Lula, no Brasil; Kirchner, na Argentina; Morales, na Bolívia; Bachellet, no Chile, Vasquez, no

Uruguai) transformou o continente sul-americano no principal pólo de resistência ao imperialismo norte-americano. Para Emir Sader, “o governo Lula e em particular sua política externa, desempenha o papel de eixo na aliança ampla que vai de governos mais radicais, como os de Cuba, Venezuela, e Bolívia, a outros mais moderados, como da Argentina e do Uruguai. Além disso, foi centralmente a ação do governo brasileiro o que impediu que a Alca estivesse funcionando desde janeiro de 2005”.

Em todas os momentos de luta contra o neoliberalismo, de



manifestações na defesa dos direitos sociais e da soberania dos países contra o imperialismo norte-americano e, também, na luta pela paz, o movimento estudantil deixou sua forte marca. “O movimento estudantil foi decisivo em todos esses países onde vemos uma América Latina diferente”, ressaltou Lúcia Stumpf.

Outro fator que certamente contribuiu para impulsionar a ascensão desses governos foi a criação do Fórum Social Mundial, espaço de reflexão e debate sobre a possibilidade de se construir *Um Outro Mundo Possível*.

Lúcia Stumpf, destaca que as edições do FSM e todos os seus

desdobramentos, ajudaram a unificar a luta dos movimentos sociais.

2006, um ano decisivo

Se o equilíbrio de forças políticas na América Latina teve um deslocamento favorável para os setores democráticos e populares, o ano de 2006 será decisivo para confirmar e reforçar essa tendência ou não. Isso porque ocorrerão eleições para a presidência de vários países no continente.

O professor Emir Sader destaca como a mais importante, a eleição no Brasil, “porque muda radicalmente o quadro continental termos a continuidade da política externa

atual (desenvolvida pelo governo Lula) ou o retorno de uma política pró-Washington aqui”. O candidato do PSDB à presidência, Geraldo Alckmin já anunciou que se vitorioso, irá retomar as negociações da ALCA, imprimindo uma derrota estratégica na luta pela soberania das nações do continente. Sader afirma ainda que “possíveis vitórias de candidatos nacionalistas no Perú e no Equador, além do PRD, partido opositor no México, poderá criar um quadro ainda mais favorável na região para políticas de construção de um processo de integração autônomo e contraposto aos EUA”.



OCLAE: 40 anos

A luta dos estudantes latino-americanos foi impulsionada pela criação da Oclae, que se constituiu num espaço de convergência de bandeiras políticas pela democracia, em defesa da educação pública e contra o imperialismo norte-americano.

Por Renata Mielli

Em 11 de agosto de 1966 os estudantes latino-americanos ganharam uma entidade representativa para ser um elo de conjunção das lutas estudantis, democráticas e antiimperialistas. A Organização Continental Latino-Americana e Caribenha dos Estudantes, Oclae, reúne entidades estudantis (secundaristas e universitárias) de 23 países. São 38 entidades filiadas, representando todas as regiões do continente.

O Secretariado Geral da entidade é integrado por 15 organizações de 13 países, entre elas a UNE que é membro do Secretariado Executivo e a UBES que representa o movimento secundarista do Continente. “Ambas demonstram a força dos estudantes e o papel protagonista do movimento estudantil latino-americano”, afirma Gisleyde Sosa, presidente da Oclae.

Gisleyde ressalta que a Oclae “tem defendido fielmente os interes-

ses dos estudantes latino-americanos, a autonomia universitária, a luta pela liberdade, contra a guerra, pela paz e solidariedade entre os povos, e a defesa da educação pública, gratuita, acessível e de qualidade. Nas últimas décadas temos fortalecido o combate às políticas neoliberais, contra a ALCA e os Tratados de Livre Comércio que tanto afetam os estudantes e a educação”.

A diretora de Relações Internacionais da UNE, Lúcia Stumpf, destacou o papel determinante do movimento estudantil “para as vitórias de governos que defendem a soberania de seus países e que encampam um programa de desenvolvimento com integração”.

Lúcia chamou a atenção para a importante participação da Oclae no Fórum Social Mundial, “sua presença no Comitê Organizador garante uma visão estudantil na hora de construir os debates do Fórum.

O Acampamento da Juventude do FSM é outra iniciativa que mostra

a força da juventude. “A UNE e a UBES foram as responsáveis por criar o Acampamento da Juventude no 1º FSM. Ninguém consegue pensar no FSM sem pensar no Acampamento, que é o espaço onde a atividades estudantis e de juventude acontecem”.

No VI FSM, em Caracas, não foi diferente. “Foi possível sentir a importância da participação estudantil nas lutas, contra o imperialismo e pela construção de um mundo diferente”, disse Lúcia.

Durante o Fórum, houve uma reunião da Oclae que contou com a presença de mais de 17 entidades estudantis da América Latina e de um representante da Unef, da França. Ao final da Assembléia dos Movimentos Sociais, uma das principais atividades do FSM de Caracas, a UNE, representando a Oclae, foi a porta voz dos estudantes latino-americanos e apresentou ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez, as reivindicações do movimento estudantil.

Fórum Social Bras

O palco para boas

Como no Fórum Social Mundial e no Festival Mundial da Juventude (Foto), o Tribunal Antimperialista para condenar Bush por seus crimes contra a humanidade será uma das principais atividades do Fórum Social Brasileiro que acontecerá em Recife.

Per Tariana Brocardo



ileiro: idéias

Debater a experiência brasileira na resistência e no combate à globalização neoliberal, através do diálogo entre as diferentes correntes de pensamento que compõem o movimento social no país, será um dos objetivos do Fórum de Abril, evento que reunirá nos dias 20 e 23 de abril, em Recife, Pernambuco, o II Fórum Social Brasileiro e o Fórum Social Mundial Temático.

As atividades do Fórum serão divididas em quatro áreas de diálogo, que buscam cobrir todos os aspectos e dimensões da construção de um mundo melhor: a) Os sujeitos políticos e suas relações; b) Projetos de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo; c) A resistência antiimperialista e alternativas de integração solidária; e) Democratizar o Estado: por uma nova institucionalidade.

Para Salete Valesan, do Instituto Paulo Freire, uma das entidades responsáveis pela organização do Fórum Social Brasileiro e pelo Fórum Mundial de Educação, o evento pode ter caráter estratégico na reivindicação por melhores condições para o país. “Os movimentos sociais e as redes estão trabalhando conjuntamente desde 2001. O espaço do Fórum possibilita a

articulação entre lutas e campanhas e a formação de uma agenda coletiva. No caso específico desse Fórum, o principal foco é a possibilidade de estarmos juntos no mesmo espaço para construir uma proposta para o Brasil. Após os debates, essa proposta será encaminhada para os governos municipais e para os candidatos, a fim de que possamos realmente efetivar esse projeto”, disse.

A expectativa dos organizadores do Fórum não é de que os participantes cheguem a conclusões únicas, mas que apontem o maior número possível de alternativas para o futuro, debatendo o papel dos governos, dos movimentos e organizações da sociedade civil.

Lúcia Stumpf, diretora de Relações Internacionais da UNE ressalta que “o Fórum vai se consolidando, em sua segunda edição, como espaço privilegiado de articulação dos movimentos sociais brasileiros, que num ano eleitoral precisam estar fortalecidos para garantir as suas reivindicações e contribuir na construção de um modelo de desenvolvimento soberano para o Brasil”.

A CMS no FSB

A Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS terá três atividades de destaque no Fórum de Abril. No dia 20, a marcha de abertura terá como bandeira a mudança na política econômica e o desenvolvimento sustentável do país. No dia 21, acontecerá um tribunal antiimperialista em que serão julgados os crimes de guerra do presidente dos EUA, George W. Bush. Essa atividade marcará o esforço de integração latino-americana dos diversos mo-

vimentos. “A CMS não acredita na construção de um novo Brasil fora do contexto da integração”, afirmou Lúcia Stumpf”. No dia 23, haverá a Assembléia Nacional dos Movimentos Sociais que, como no FSM, não terá resoluções. Será, isso sim, um espaço de articulação e debate para orientar as lutas unificadas dos vários movimentos.

O Fórum segue as diretrizes da Carta de Princípios, adotada em 2001, pelas entidades que constituem o Comitê de Organização e pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial. O documento norteia o caráter dos debates e do FSM em si e é aplicado aos fóruns regionais, como o FSB. A carta ressalta o caráter apartidário e internacional do evento e o enfatiza como espaço de debates e propostas de soluções para a construção de uma alternativa ao mundo em que se vive.

Acompanhe o Fórum

Até o início do Fórum de Abril, uma rede de comunicação formada pela participação de comunicadores independentes e organizações de mídia alternativa transmitirá um boletim semanal de notícias e um programa de *web-radio*.

Durante o Fórum, a comunicação vai funcionar em diferentes estados brasileiros simultaneamente. Participantes das áreas de comunicação de diversas entidades começam a apoiar atividades de atendimento à imprensa, às mídias alternativas, de articular ações de divulgação simultânea em boletins e listas das redes participantes do FSB e de organizar iniciativas de comunicação compartilhada durante o encontro de Recife.





O CUCA

De Ponta a Ponta

O projeto CUCA da UNE encara o desafio de gerir os centros de cultura espalhados pelo Brasil, envolver cada vez mais estudantes e artistas e consolidar sua Rede cultural.

Por Daniele Moraes

Teatro, grafite, hip-hop, cordel, música, diálogo. Isso é o CUCA - Circuito Universitário de Cultura e Arte - da UNE.

Fruto da iniciativa de resgatar o movimento cultural universitário, que fez da UNE um dos expoentes culturais do país nas décadas de 50 e 60, o CUCA amadurece a cada dia.

Sua história começou em 1999, durante a 1ª Bienal de Cultura e Arte da UNE, em Salvador. O objetivo era fazer circular os bens culturais produzidos nas universidades e promover a integração entre estudantes, artistas e a comunidade.

De lá para cá, O CUCA foi tomando corpo e criando estrutura – a partir de um trabalho integrado entre sua Coordenação Nacional, os “cuqueiros” de todo o país e os estudantes envolvidos com a disseminação da cultura brasileira.

Em 2004, o CUCA teve uma

injeção de combustível. O Ministério da Cultura selecionou projetos apresentados por entidades da sociedade civil para participar do Ponto de Cultura, do Programa Cultura Viva. A UNE obteve aprovação de oito pontos para os CUCA's: em Recife, Campina Grande, Salvador, Vitória, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba. O projeto garante, ao longo de dois anos, verba de financiamento (no valor total de 150 mil reais), instalação de um “kit” tecnológico – com um estúdio digital, computador, câmera digital e uma ilha de edição –, e bolsa auxílio para os jovens (entre 16 e 24 anos) participantes, chamados “agentes cultura viva”, no valor de 150 reais mensais.

A nova fase dos CUCA's

Os projetos (CUCA e Ponto de Cultura) têm objetivos semelhantes, uma vez que visam a construção de uma rede horizontal de articulação de atividades criativas. É o que diz o novo Coorde-

nador Nacional do CUCA, Tiago Alves Ferreira, lembrando que o projeto da UNE sempre teve como princípio a criação de uma rede articulada nacionalmente, que viabilizasse produções culturais em todos os cantos do Brasil. Tiago destaca que a “iniciativa do Ministério promoveu uma importante inovação na área de política cultural, viabilizando pequenos projetos, através da idéia de criar uma casa de cultura em cada município brasileiro, o que tem tudo a ver com o CUCA”.

Em novembro de 2005, os CUCA's iniciaram efetivamente suas atividades como Pontos de Cultura, selecionando “agentes cultura viva” e promovendo oficinas e atividades culturais diárias. “O CUCA, até um determinado momento, era uma idéia. Tínhamos as Bienais da UNE e uma idéia jogada para o movimento, com a qual as pessoas se identificavam e descobriam a melhor forma de desenvolverem o projeto cultural a partir das entidades estudantis. Hoje, temos condições de ter algo real, com sedes, com atividades diárias, com responsabilidades administrativas, com estrutura”, explica o coordenador.

Por dentro dos Pontos

Um ótimo exemplo desta transformação é o CUCA gaúcho, localizado em Porto Alegre. Segundo a coordenadora local, Gabriele Gottlieb, “o nosso CUCA-RS passou a existir com o Ponto de Cultura! Agora temos a oportunidade de envolver artistas, oficinairos, alunos e a comunidade em geral nas diversas atividades realizadas”, conta.

Em Pernambuco, o CUCA ampliou sua atuação nas várias faculdades e também estabeleceu

uma parceria com instituições de ensino técnico. Além disso, passou a ter maior contato com outras entidades e organizações culturais, e maior representatividade no meio acadêmico e na sociedade civil, sendo eleito para participar do Parlamento Jovem da Câmara de Vereadores do Recife. Para Diego Santos, coordenador do CUCA – PE, “o projeto viabilizou o fortalecimento e valorização da cultura produzida pelos estudantes universitários, com financiamento específico, além de reaproximar a UNE do movimento cultural”.

O CUCA baiano, localizado na capital, Salvador, já tinha atividades bem consolidadas. No entanto, segundo seu coordenador, Luís Parras, com o projeto dos Pontos de Cultura foi possível agregar outros estudantes nas atividades e, também, instalar uma “sede fixa”, já que os trabalhos desenvolvidos por lá têm como principal suporte experimental a rua e os locais públicos. Desta forma, ao receber o *status* de Ponto de Cultura, o CUCA ampliou seu potencial, preservando suas particularidades, objetivos e conceitos.

Mérito Cultural

No dia 8 de novembro de 2005, o CUCA recebeu a Ordem do Mérito Cultural, uma das principais condecorações dispensadas à cultura pelo governo federal, através do Ministério da Cultura. A homenagem, entregue a 40 personalidades e grupos artísticos nacionais e internacionais, tem a finalidade de tornar público o empenho para o desenvolvimento da cultura brasileira.

A comenda recebida é mostra da importância do trabalho cultural desenvolvido pelos CUCA's.

Novos desafios

Como tudo que cresce e ganha proporção, o CUCA também ganhou novos desafios: se consolidar como uma rede, aprender a gerir seus centros culturais e criar uma dinâmica para a solução de problemas e dificuldades.

Entre as dificuldades enfrentadas estão a demora para a liberação das bolsas para os “agentes cultura viva” e dos “kits” tecnológicos, que parte ainda não foi entregue pelo Ministério; e os processos administrativos muito complexos e por vezes demorados.

Para o Coordenador nacional do CUCA, essas dificuldades são naturais. “Tudo que é novo requer tempo para que entre nos eixos. Nós estamos aprendendo. É novo para o CUCA, e é novo para o Ministério. Temos que ter calma, pois o tempo da cultura é outro. Estamos apenas começando”, diz Tiago. A valorização do projeto dos Pontos de Cultura é importante, mas os organizadores ressaltam que o CUCA não se limita a isso.

Diversas atividades paralelas complementam o funcionamento dos espaços. Na Bahia, o Projeto PIA (Programa de Interferência Ambiental), tem uma publicação bimestral, chamada *Caderno do PIA*, e promove oficinas sobre arte urbana, com intercâmbio com artistas canadenses para a construção de móveis para uma biblioteca no bairro de Calabar (área carente no centro de Salvador). Em Pernambuco, o Bloco da UNE “Seu CUCA é Nós” é sucesso no carnaval. Por lá, também são realizadas oficinas e debates.

A expansão da capacidade de produção cultural do CUCA está ligada ao objetivo de conquistar

sua autonomia financeira. Gabriele lembra que é preciso “pensar em alternativas financeiras de manutenção do CUCA, pois ele não pode acabar quando o projeto de Pontos de Cultura chegar ao fim. Temos que pressionar para que o Projeto Cultura Viva deixe de ser uma política cultural de governo e passe a ser uma política de Estado”. A UNE garante que está empenhada em buscar alternativas para a gradual autonomia financeira dos CUCA’s. “Temos essa preocupação e um de nossos objetivos é criar condições para que isso aconteça”, afirma Tiago.

Aumentar e fortalecer a Rede

Outro grande desafio é o de consolidar a Rede do CUCA, abrindo espaços, gerando produtos e incentivando a produção cultural universitária. Para isso, uma das prioridades é promover a participação cada vez maior dos estudantes e dos artistas nos projetos e atividades. A estratégia é mostrar que “essas estruturas mais complexas são importantes, mas não são tudo”, explica Tiago.

Segundo ele, o objetivo é contribuir para que aconteçam atividades artísticas em todas as universidades. “O importante é valorizar as pequenas estruturas, pois são elas que multiplicam essa energia criativa e que podem fomentar ainda mais o interesse pelo debate cultural”, acredita Tiago.

A Coordenação Nacional ressalta que está disponível para orientar e promover a articulação entre os diversos agentes. “Nós temos esse papel. Vamos colocar os interessados em contato, trocar experiências, pensar em espaços de articulação, oferecer embasamento teórico para discussões”, explica Tiago.

A meta da UNE é ter um CUCA em cada estado brasileiro, sempre partindo de iniciativas que surjam nas universidades. Por isso, é fundamental consolidar o debate cultural como um movimento natural e inerente à vida acadêmica. Para Tiago, “a reforma neoliberal que a universidade sofreu no último período limitou suas atividades àquilo que é estritamente acadêmico. Os estudantes não ‘vivem a universidade’. Eles vão à aula apenas, e o movimento cultural também sofre reflexo disso”.

É aí que o movimento estudantil ganha mais importância, pois cabe a ele fomentar a discussão e promover o debate cultural como foco fundamental de atuação. Sempre atentos aos princípios de que os CUCA’s estão ligados ao movimento estudantil, mas não são instrumentos dirigidos. São pólos criativos que não estão sob a tutela das entidades, mas que trabalharam de forma integrada.

E o CUCA não para!

Além de todas as atividades cotidianas dos CUCA’s, este ano começam os preparativos para o planejamento e a organização da 5ª Bienal de Cultura e Arte da UNE, que dará início às comemorações do aniversário de 70 anos da entidade, em 2007. Se você quer ajudar a fortalecer a Rede da Cultura universitária, entre em contato! A UNE e a Coordenação Nacional do CUCA convidam todos os estudantes a participar das atividades e dos debates pela valorização da Cultura brasileira. Escreva, solicite informações, envie dúvidas e sugestões para: cucadaune@yahoo.com.br. O CUCA vai te pegar!



Uma UNE do ta



maninho do Brasil

Entidade lança campanha de construção de Centros Acadêmicos para fortalecer a rede do movimento estudantil, ampliar a luta dos estudantes por uma Universidade Pública de qualidade, contra a mercantilização da educação e muito mais.

Por Renata Mielli

O Brasil possui algo em torno de 4 milhões de estudantes matriculados nas 1.859 Instituições de Ensino Superior espalhadas pelo país (Inep, 2004). Em 1996, esse número era de 922 instituições, que abrigavam em torno de 1 milhão e 800 mil estudantes.

Essa explosão de matrículas, nos últimos 10 anos, foi resultado da massiva privatização do Ensino Superior no Brasil, que levou o país a concentrar, hoje, em torno de 70% das matrículas do ensino superior nas instituições privadas.

E, um agravante deste cenário é o fato de, nas instituições privadas, haver muitos obstáculos para a livre organização do movimento estudantil e de suas entidades.

Além da expansão privada, a sociedade tem acompanhado com entusiasmo a abertura de novos campi de universidades públicas pelo interior do Brasil.

Tudo isso, tem possibilitado um aumento do contingente de estudantes universitários no país.

Dessa forma, é indispensável fortalecer a rede do movimento estudantil, multiplicando o número de entidades de base por todo o Brasil: os Centros Acadêmicos e os DCE's - Diretórios Centrais dos Estudantes.

Em cada canto uma luta

A UNE, que em seus quase 69 anos de existência, deu importantes contribuições na luta em defesa da educação pública e gratuita, pela democratização do país, pela soberania nacional, contra a mercantilização da educação, em defesa da Amazônia, isso para citar apenas algumas, precisa da força dos Centros Acadêmicos, Diretórios Centrais dos Estudantes e Uniãos Estaduais de Estudantes para difundir suas lutas e campanhas entre os quase 4 milhões de estudantes universitários do país.

São essas entidades que, no dia-a-dia, constroem a luta dos estudantes brasileiros.

Cada curso um CA

É no Centro Acadêmico que tudo começa. O debate sobre a grade curricular, sobre a democracia dos órgãos colegiados da faculdade, sobre a qualidade do curso, a avaliação. O CA surge para organizar e estimular esse debate, e mais: mostrar que os problemas vividos em cada curso isoladamente fazem parte de escolhas que são tomadas em outros níveis e impactam todos. Fazer essa relação entre as lutas específicas e as lutas gerais é fundamental para avançar na construção de uma universidade

que contribua, não somente para formar um profissional capacitado para o mercado de trabalho, mas para formar um cidadão crítico que seja protagonista nos debates dos rumos do país.

O CA deve, ainda, garantir prioritariamente, o contato entre as entidades gerais e os estudantes de seu curso e se constituir como um espaço de debate e luta, mas também como um espaço de convivência, desenvolvendo atividades culturais, acadêmicas e de lazer.

Do tamanho do Brasil

Por isso, em 2006, a UNE lança uma grande campanha nacional de Construção de Centros Acadêmicos, para incentivar a fundação de novas entidades, e ajudar na ampliação da luta em todo o Brasil.

Um passo para o fortalecimento dessa rede de entidades é a fundação de CA's e DCE's. Outra foi a realização do 11º Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE, o Coneb, fórum que reúne representantes de Centros Acadêmicos de todo o país para debater e discutir as lutas do movimento estudantil.

Entre nessa campanha. Ajude a fortalecer a rede do movimento estudantil. Para mais informações acesse a página da UNE na internet.



A Meia-Entrada é um direito, vamos defendê-la!

A UNE intensifica a fiscalização sobre a emissão das Carteiras de Identificação Estudantil e amplia a luta para que o direito do estudante à Meia-Entrada não seja ameaçado por interesses econômicos e por aqueles que querem enfraquecer o movimento estudantil

Por **Daniele Moraes**

A União Nacional dos Estudantes intensificou ainda mais a fiscalização sobre a confecção e utilização das Carteiras de Identificação Estudantil utilizadas por todo o Brasil. Empresas inescrupulosas têm tentado se aproveitar de brechas legais para lucrar, usando um direito dos estudantes em benefício próprio. É por isso que a UNE convoca os estudantes brasileiros a se unirem para defender seus direitos, conquistados com muita luta e determinação.

O ataque de FHC contra a meia-entrada

Em 17 de agosto de 2001, o governo Fernando Henrique Cardoso instituiu a Medida Provisória (MP) 2.208, que permitiu a entrada de empresas privadas no comércio de Carteiras de Identificação Estudantil. A partir daí, o direito conquistado pelos estudantes no final dos anos 80, para garantir acesso à cultura, esporte e lazer, como forma de complementar a formação formal, tem sido usado para exploração comercial, desmontando a rede de sustentação financeira das entidades estudantis, e – o mais grave – dando margem à utilização indevida deste direito.

A MP Carteirinha, como é conhecida, ao invés de facilitar e multiplicar o acesso dos estudantes a seus direitos – como alegou, na ocasião, o governo FHC –, está comprometendo o direito, uma vez que

Além disso, a MP, teve o claro objetivo de afetar a rede de financiamento do movimento estudantil, enfraquecendo seu poder de mobilização, que fazia forte oposição às políticas educacionais do, então ministro da Educação, Paulo Renato.

Por retaliação política, além de fragilizar a capacidade de articulação do Movimento Estudantil, desde a base até a sua entidade nacional (UNE), a MP tornou a condição de fiscalização muito difícil, facilitando fraudes e uso indevido do benefício.

Meia-entrada é para valer!

Sempre em defesa dos estudantes, que hoje têm muito mais dificuldades de ver seu direito à meia-entrada garantido, a UNE tem trabalhado em conjunto com entidades de defesa do Consumidor e estabelecido parcerias com grandes redes de entretenimento e produtoras culturais, a fim de coibir e denunciar os infratores. A idéia é potencializar o combate às fraudes e oferecer o benefício a quem lhe é devido.

É importante entender que a carteirinha não garante ao estudante somente o direito à meia-entrada, ela é também o principal instrumento de estruturação material e financeira das entidades estudantis – que existem para representar, defender e lutar por todos os estudantes do país. Da maneira mais democrática possível, o valor cobrado pelas carteiras, após o pagamento dos custos de produção, é dividido em partes IGUAIS entre todas as entidades oficiais de representação estudantil. Sendo elas: os centros e diretórios acadêmicos (CA's e DA's), os diretórios centrais de estudantes (DCE's), a respectiva União Estadual dos Estudantes e, só então, a UNE.

Através desse repasse é construída a luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e pelas mudanças que podem impulsionar o desenvolvimento nacional e diminuir a miséria e a exclusão social.

Se você tem dúvidas, sugestões ou deseja fazer uma denúncia, entre em contato com o Departamento Nacional de Carteiras de UNE, acessando o sítio da entidade: www.une.org.br.

Junte-se a nós na defesa dos direitos dos estudantes brasileiros!



Nas ruas por um projeto de desenvolvimento para o Brasil



PROJETO ROND



PROJETO ROND

Compre aqui sua carteira! Clique agora

Fale com o Estudantenet

Fale com a Ubes

Fale com a Une

Busque no site

Carteirinha

NO Brasil a luta DOS estudantes tem endereço.

Cultura & Arte
RadarLayout
Seus Direitos
Links
Sala de Imprensa

Galeria de Imagens

Ass...
Cancelar
E-mail

Compre aqui sua carteira! Clique agora

PROGRAMAÇÃO
1 2 3 4 5 6 7
8 9 10 11 12 13

O que vai rolar no Coneb
Veja aqui um pouco do

Credenciamento do XI Coneb da UNE

Ouvidorial
UNE inaugura ouvidoria para estudante tirar dúvidas sobre seus direitos

Tire seu Título

Se Larga 16

Ministro do Esporte
Orlando Silva

TESES
Veja aqui

TESES
Veja aqui



estudante.net

Site Oficial UNE e UBES

www.estudantenet.com.br

e aproveite os benefícios feitos para você!

1º Passo
Cadastre-se

3º Passo
Forme

5º Passo
Comentários

Comentários



União Nacional
dos Estudantes